



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	35464.004947/2006-11
Recurso nº	148.094 Embargos
Acórdão nº	2403-001.084 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de	09 de fevereiro de 2012.
Matéria	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA
Embargante	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2005

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. ACOLHIMENTO DO RECURSO.

Sendo constatada uma das hipóteses (contradição, omissão, obscuridade) para o acolhimento dos embargos de declaração, esses serão acolhidos para sanar o vício anteriormente apontado.

Embargos Acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em conhecer dos embargos para dar-lhe provimento. Vencido o conselheiro Ivacir Julio de Souza que entendeu pela ausência da omissão apontada no embargo.

Carlos Alberto Mees Stringari – Presidente.

Cid Marconi Gurgel de Souza – Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Alberto Mees Stringari, Ivacir Júlio de Souza, Cid Marconi Gurgel de Souza, Paulo Maurício Pinheiro Monteiro e Marcelo Magalhães Peixoto. Ausente o conselheiro Marthius Sávio Cavalcante Lobato.

Relatório

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A, com esteio no artigo 65 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aprovado pela Portaria MF nº 256/2009, contra o Acórdão nº **2403-00.400** que conheceu do recurso voluntário apresentado no processo em epígrafe e deu-lhe parcial provimento, acolhendo, em sede de preliminar, a decadência das competências 01/1999 a 11/2000; inclusive 13/2000, com base no art.173, I, do Código Tributário Nacional e, no mérito, determinando o recálculo da multa de mora de acordo com o Art. 35, *caput*, da Lei 8.212/91 na redação dada pela Lei 11.941/2009 prevalecendo o mais benéfico ao contribuinte.

A parte embargante sustenta que houve omissão no acórdão nº 2403-00.400, ao passo que não ficou evidenciado que a multa moratória, a ser aplicada sobre o crédito tributário em querela, deveria ser limitada a 20% (vinte por cento), tendo causado inclusive erro no cálculo da dívida retificada quando foi verificado o DADR – Discriminativo Analítico de Débito Retificado anexado ao acórdão supra citado.

Voto

Conselheiro Cid Marconi Gurgel de Souza, Relator.

Quanto aos requisitos de admissibilidade dos embargos de declaração opostos, entendo que foram preenchidos os itens de tempestividade; de regularidade de representação (embargos opostos pela parte recorrente no recurso voluntário) e os requisitos de cabimento.

Primeiramente, quanto aos requisitos de admissibilidade dos embargos declaratórios, entendo que a omissão arguida pela embargante não pode ser caracterizada como motivo ensejador dos aclaratórios, tendo em vista que o *decisum* foi cauteloso quanto da regra de aplicação de multa e juros, então vejamos trecho do acórdão:

Sobre a aplicação deste dispositivo, o qual prevê multa de 0,33% ao dia e limitada a 20%, vale destacar que a redação acima foi dada por Lei diversa daquela vigente à época do fato gerador, motivo pelo qual será aplicada em conformidade com o art.106, II, do Código Tributário Nacional.

O trecho acima explica que o art.35, *caput*, da Lei n 8.212/91 limita a multa moratória no percentual de 20%, destacando que a redação foi atribuída pela Lei n 11.941/2009, ou seja, legislação diversa da época do fato gerador, devendo, portanto, incidir a regra do art.106, II, c, do Código Tributário Nacional, que autoriza a retroatividade de leis quando for constatada uma penalidade menos severa pela novel legislação.

Assim, entendo que a decisão possa ter se revestido de certa obscuridade, mas não de omissão, o que não impede o conhecimento dos embargos declaratórios. De qualquer modo, meu entendimento corrobora com a alegação do contribuinte, qual seja, a multa moratória deve incidir sobre o crédito lançado no percentual limite de 20% (vinte por cento), segundo a redação atribuída pela Lei n 11.941/2009 ao *caput* do art.35 da Lei n 8.212/91, o que já ficou evidenciado na íntegra do acórdão 2403-00.400.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, CONHEÇO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para dar-lhes provimento a fim de sanar a obscuridade encontrada, devendo o contribuinte ser intimado dessa mudança no **acórdão 2403-00.400** a qual ficará consignada na seguinte forma:

Voto pelo CONHECIMENTO do recurso voluntário para, nas preliminares, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reconhecendo a decadência das competências 01/1999 a 11/2000; inclusive 13/2000, com base no art.173, I, do Código Tributário Nacional.

No mérito, entendo pela parcial procedência do recurso voluntário, de modo que a contribuição social previdenciária venha a incidir sobre os valores recebidos pelos empregados da recorrente, tendo em vista a constatação da habitualidade, devendo-se proceder ao recálculo da multa de mora, esta limitada a 20% (vinte por cento), com base na

redação dada pela lei 11.941/2009 ao artigo 35, caput, da Lei 8.212/91, que remete ao art.61 da Lei n 9.430/96, prevalecendo o que for mais benéfico ao contribuinte.

É como voto.

Cid Marconi Gurgel de Souza.

CÓPIA